

# As Beiras e a presença de Cister

*Espaço, Património edificado,  
Espiritualidade*



1º ENCONTRO CULTURAL

S. Cristóvão de Lafões

# Arquitectura das granjas cistercienses na região das Beiras.

## Notas de investigação preliminar

*Maria do Céu Simões Tereno*

### Introdução

**N**o âmbito do património arquitectónico, começou a estudar-se uma área que, sem ter a espectacularidade dos grandes edifícios, pareceu merecer atenção por representar um património cultural significativo, legado pelos monges cistercienses, que designaremos por conjunto histórico das granjas cistercienses. Estas podem considerar-se como uma referência entre as granjas monásticas.

A Ordem de Cister introduzida em Portugal cerca de 1143<sup>1</sup>, em S. João de Tarouca<sup>2</sup>, e com um percurso, por vezes algo perturbado, deixou marcas, não só no campo espiritual com uma vida activamente contemplativa, de acordo com as normas que estão na sua génese, que se encontram documentadas no Exórdio de Cister, a título de exemplo, mas também no campo material, com os seus mosteiros construídos segundo regras definidas no “plano cisterciense”<sup>3</sup>, as suas granjas e respectivos conjuntos edificados.

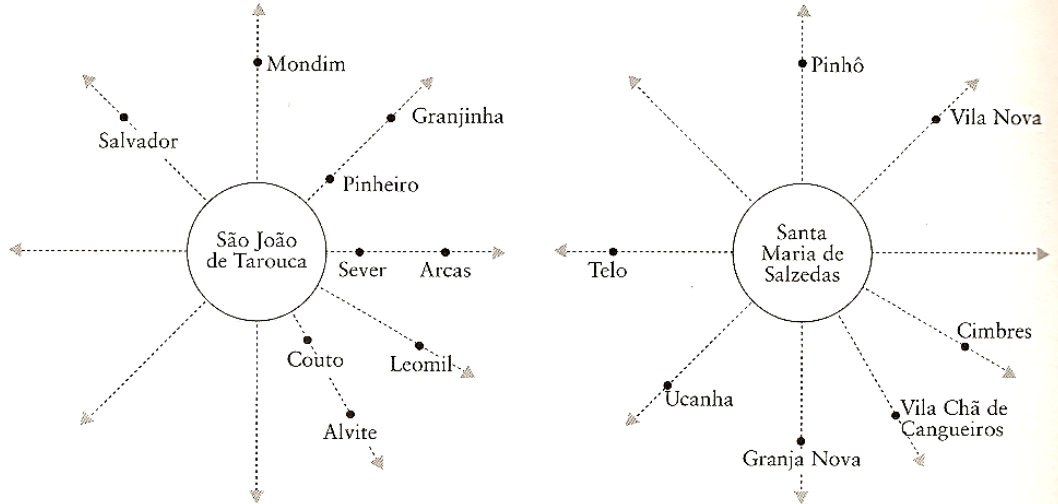
Atravessou épocas de prosperidade nos séculos XIV e XV, como foi visível no Mosteiro de Alcobaça, mais detalhadamente estudado, mas generalizável aos restantes ligados a esta casa – mãe, e, mais tarde, no princípio do século XVIII e outras épocas me-

1. Dom Maur Cocheril, *L'Ordre de Cîteaux au Portugal – Le Probleme Historique, Cidade de Évora*, n.º 39/40, Évora, 1957/58, p.141 e Artur Nobre de Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1948, p.19. onde refere que “... o outro, feito em 1140, é a carta de couto passada ao Mosteiro de S. João Baptista de Tarouca, o primeiro construído pela Ordem, em Portugal”. Ainda sobre esta questão, veja-se do mesmo autor *A expansão da Arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956, p. 79-148. Ver também Dom Maur Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 26 e Maria Alegria Marques, *Estu-*

*dos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1998, p. 29-73, e ainda Almeida Fernandes, em *Ação dos Monges Cistercienses de Tarouca*, *Revista de Guimarães*, n.º 83, 1973, p. 46.

2. Este assunto tem sido alvo de debate, admitindo-se também que esta Ordem teria sido implantada em S. Cristóvão de Lafões, alguns anos antes. Ver Maria Alegria Marques, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1998, p. 29-73.

3. Dom Maur Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 35.



nos prósperas, como aquelas que decorreram do interesse por essa prosperidade por parte de dignitários estranhos à Ordem e levaram, no caso de Alcobaça, o seu abade a ceder os seus direitos, em 1475<sup>4</sup>, a um abade comendatário.

O mesmo caminho explica a autonomia, obtida do Papa Pio V pelo abade comendatário em 1567<sup>5</sup> (depois Rei D. Henrique), dos monges cistercienses em Portugal, constituindo-se a Congregação Autónoma de Portugal separada da Ordem de Cister.

Estas circunstâncias, associadas à evolução entretanto verificada, da forma de viver, com novas perspectivas e outro interesse por actividades culturais, teve duas consequências principais, por um lado, afastou os monges da exploração agrícola das suas granjas, que faziam de forma directa, com o auxílio dos irmãos conversos ou *barbati*<sup>6</sup>, como estava estabelecido no Exórdio de Cister<sup>7</sup> e, por outro lado, fez escassear o número de irmãos conversos por se terem alargado as opções de vida para os homens.

Assim, a exploração de boa parte das granjas dos mosteiros teve de passar a ser arrendada a colonos sob a supervisão do mosteiro<sup>8</sup>.

As granjas, a par do seu papel económico de produção e desenvolvimento da agricultura<sup>9</sup>, desempenharam um papel importante na ocupação e ordenamento do terri-

4. *Idem*, p. 32.

5. *Idem*, p. 33.

6. Saúl António Gomes, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1998, p. 310, onde refere "...mandamos aos dictos religiosos que nam forem de missa e frades barbatos e aos noviços que confessem e recebam o sancto sacramento". Visitação ao Mosteiro de S. João de Tarouca.

7. O Exórdio de Cister tem determinações bastante específicas, no que respeita à construção de abadias cistercienses: "Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia."; e ainda "fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edificio destinado a habitação, que não seja o dos animais."; e o que nos leva a supor que para a construção das granjas os princípios aplicados seriam os mesmos. Aires A. Nascimento, *Cister: Os Documentos Primitivos – No Centenário da Fundação de Cister*, Lisboa, 1999, p. 57.

8. Iria Gonçalves, *Custos de Montagem de uma Exploração Agrícola Medieval – Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 1988, p. 219; Bernardette Barrière, *Les Patrimoines Cisterciens en France – du faire valoir direct au fermage et à la sous traitance, L'Espace Cistercien*, Léon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p.47; e José Mattoso, *História de Portugal – A Monarquia Feudal, 1096-1480*, Vol.II, Lisboa, s/d, p. 183, onde surge a seguinte referência: "Alguns deles, como os Cistercienses, praticavam a gestão directa, usavam o trabalho manual dos conversos – uma mão-de-obra gratuita –, entravam a fundo na economia de produção e de troca, edificavam granjas perto das estradas e encruzilhadas, estudavam a melhor maneira de conservar os géneros para não se deteriorarem, compravam terras sem cessar.". E ainda Javier Pérez-Embuid Wamba, *Le Modèle Domestique Cistercien dans la Peninsule Ibérique, L'Espace Cistercien*, Léon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p. 151.

9. Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 133.

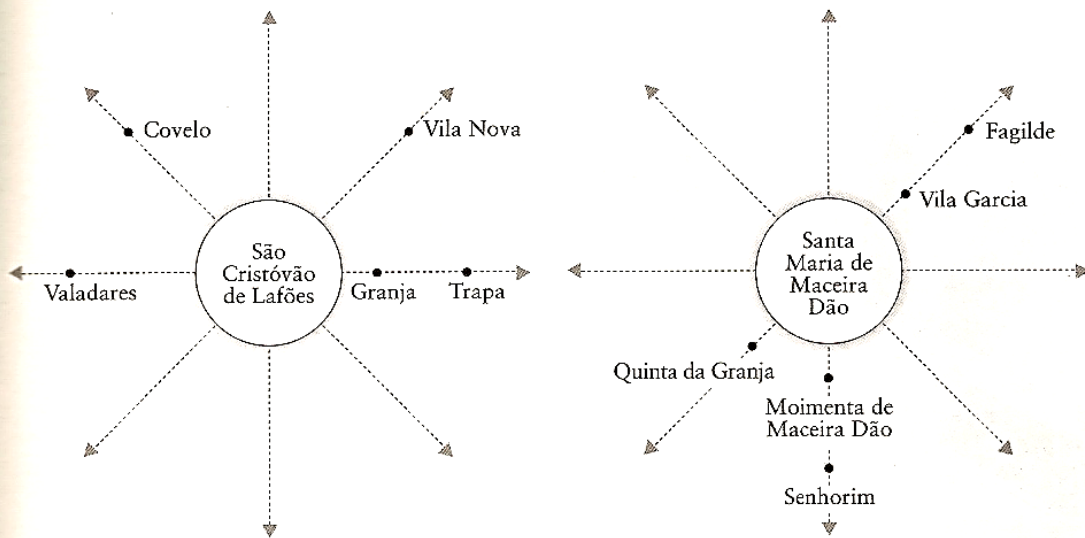


Fig. 1  
 Granjas dos  
 Mosteiros de: S.  
 João de Tarouca;  
 Santa Maria  
 de Salzedas; S.  
 Cristóvão de  
 Lafões Santa;  
 Maria de  
 Maceira-Dão

tório<sup>10</sup>, através da fixação de populações em locais pouco ou nada habitados, segundo a regra estabelecida no Exórdio de Cister, mas, quase sempre, em terrenos férteis<sup>11</sup>.

As granjas foram, em muitos casos, escolas agrícolas e contribuíram para a difusão, especialmente através dos diferentes povoados a que muitas deram origem, de uma arquitectura segura e severa<sup>12</sup>.

Estas granjas, diferentes das destinadas à exploração agrícola, tinham uma estrutura mais desenvolvida sendo dotadas, por vezes, de capela e tinham a designação de *magister granje*<sup>13</sup>.

Por esta via a Ordem de Cister deixou também uma marca indelével, com uma contribuição relevante para o municipalismo crescente<sup>14</sup> através das povoações geradas a partir das suas granjas.

A malha de distribuição das granjas em redor dos mosteiros deixa-nos entender que, além das características de fertilidade dos terrenos para a sua implantação, eram tidos em conta factores de acessibilidade encarada não só em termos de relevo do terreno, mas também em termos de distância, pois os monges e irmãos conversos que nelas trabalhavam deviam assistir, no caso das mais próximas, às cerimónias de preceito no seu mosteiro.

As mais afastadas, que não permitiam estas deslocções, num mesmo dia, eram dotadas de capela sendo atribuída ao mestre granjeiro uma maior autoridade.

Isto já foi observado em relação ao Mosteiro de Alcobaça, primeira área estudada, mas estamos certa de que idêntica observação se concretiza em relação aos mosteiros de São João de Tarouca, de Santa Maria de Salzedas, de S. Cristóvão de Lafões e de Santa Maria de Maceira-Dão, cujo estudo agora iniciamos (Fig. 1).

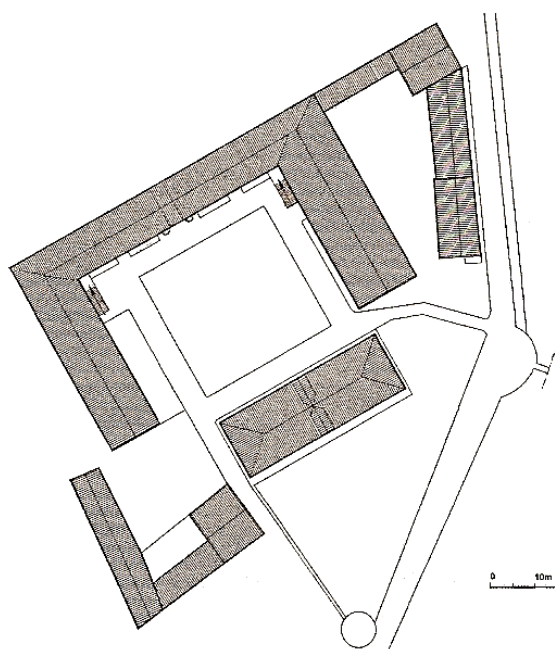
10. Pedro Gomes Barbosa – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p.140.

11. Artur Nobre de Gusmão – *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1948, p.25, e ainda na p. 35, não deixa de “...referir o importante papel representado pela criação das célebres granjas do Mosteiro, onde eram ministrados aos colonos os mais perfeitos conhecimentos da época...”.

12. Vitruvius – *The Ten Books on Architecture*, traduzido por Morris Hicky Morgan, Londres, 1ª Edição 1960, pp. 13-16 e p. 190.

13. A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca, (História e Toponímia)*, Braga, 1995, p. 288, entendia-se este tipo de granja, como a que tinha na sua gestão um mestre granjeiro, sendo pois de importância mais significativa dos que as granjas de nível inferior, de acordo também com o mesmo autor.

14. A. Almeida Fernandes, “Acção dos Monges Cistercienses de Tarouca”, *Revista de Guimarães*, n.º 83, 1973, p. 7.



▲ Fig. 3  
Quinta de Vale-de-Ventos. Vista global do conjunto edificado da Quinta, e alçado principal do mesmo.

◀ Fig. 2  
Quinta do Campo – Alcobaça. Planta e vista global do Conjunto.

Ao estudar os espaços em que se desenvolveu a vida quotidiana dos monges cistercienses e dos seus continuadores da Congregação Autónoma, podemos apreender a influência das normas pelas quais se regiam, reflectidas na sua arquitectura.

No entanto, esta não é tarefa fácil pois não abundam os vestígios arquitectónicos de épocas mais recuadas, como a Idade Média, com a utilização de materiais de construção menos duradouros, e os vestígios mais frequentes estão relacionados com as reconstruções determinadas pelo Marquês de Pombal.

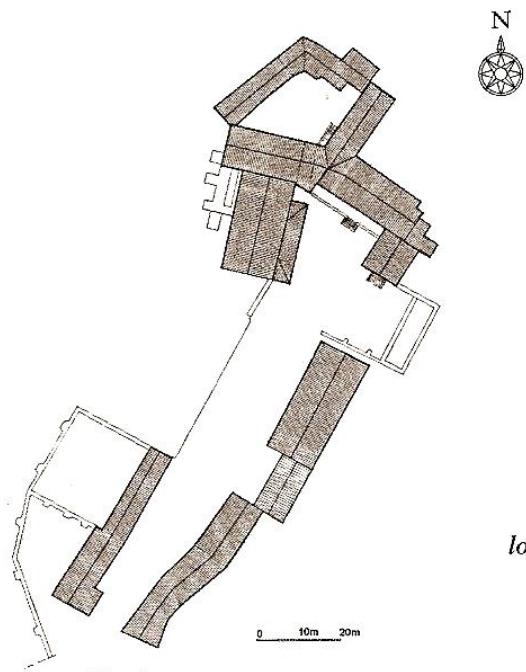
Referimos algumas perturbações no percurso desta Ordem em Portugal, mas houve outras com efeitos de cataclismo que afectaram bastante a memória que nos legaram os monges cistercienses como foram o terramoto de 1755<sup>15</sup>, as invasões francesas no início do século XIX e a extinção das ordens religiosas em 1834.

Este conjunto de circunstâncias fez reduzir de forma drástica os vestígios que se encontram nos locais assinalados como antigas granjas cistercienses, por isso, a pesquisa destes vestígios permite fazer o estudo que nos propomos da arquitectura das granjas cistercienses em Portugal e, de forma acessória, fazer o registo, tão extenso quanto possível, de todos os exemplos encontrados e do estado de conservação em que se encontram.

O registo do estado de conservação, mais negativo do que positivo, poderá contribuir como alerta para eventualmente despertar o interesse por alguma recuperação da memória das nossas origens arquitectónicas em zonas rurais.

São raros os vestígios que se encontram nos locais assinalados como antigas granjas cistercienses, mas, como exemplo da memória conservada de uma destas granjas apontamos a antiga granja de Valado dos Frades, do couto de Alcobaça, designada (a

15. Joaquim V. Natividade, “O Mosteiro de Alcobaça – Notas Históricas”, *Obras Várias*, vol. II, p. 12.



▲ Fig. 4  
Quinta de Vale-de-Ventos. Planta de implantação do conjunto edificado.

► Fig. 5  
Quinta do Vimeiro (Alcobaça). Planta de localização e vista do conjunto.

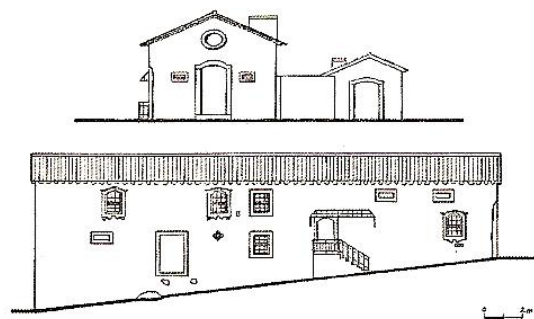
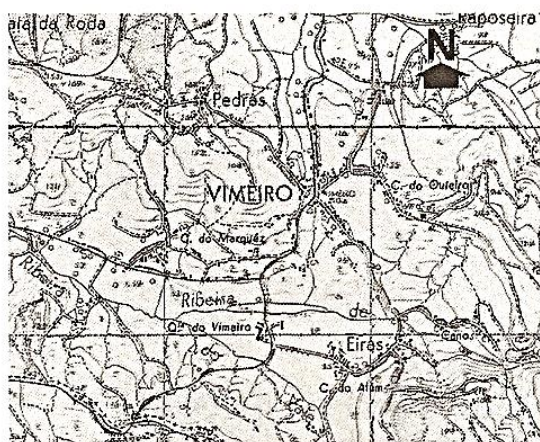


Fig. 6  
Granja do Bário (Alcobaça). Alçado do edifício.

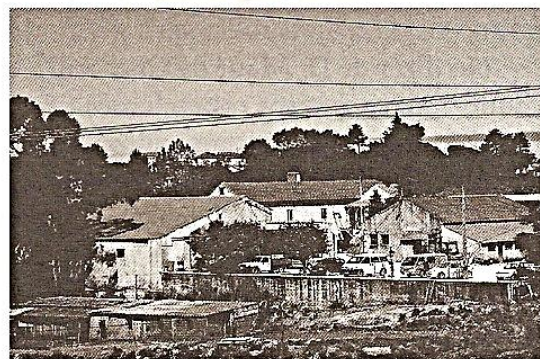


Fig. 7 – Quinta da Granja – Turquel (Alcobaça). Vista do conjunto da quinta.

partir do século XVIII) por Quinta do Campo<sup>16</sup>, que foi uma escola agrícola modelar, e que os proprietários sem alterações muito pronunciadas do conjunto edificado inicial, fizeram as adaptações indispensáveis para a sua actividade actual de turismo rural de qualidade (Fig. 2).

Como princípio orientador para a pesquisa tem-se admitido que, dentro do espírito ordenado e hierarquicamente estruturado da Ordem de Cister, que se presume continuado pela Congregação Autónoma Portuguesa, as estruturas edificadas das granjas terão adoptado tipologias próximas e já temos observado esse aspecto nas Quintas do Campo, de Vale de Ventos (Figs. 3 e 4), do Vimeiro (Fig. 5), do Bário (Fig. 6) e de Turquel (Fig. 7), pertencentes aos Coutos de Alcobaça.

16. Maria do Céu Simões Tereno – *Architettura delle grange cistercensi del Monasterio di Alcobaça: Quinta do Campo – Antica grangia di Valado dos*

*Fradres, Rivista Cistercense*, Anno XXI-2, Maggio – Agosto 2004, pp. 221-23.

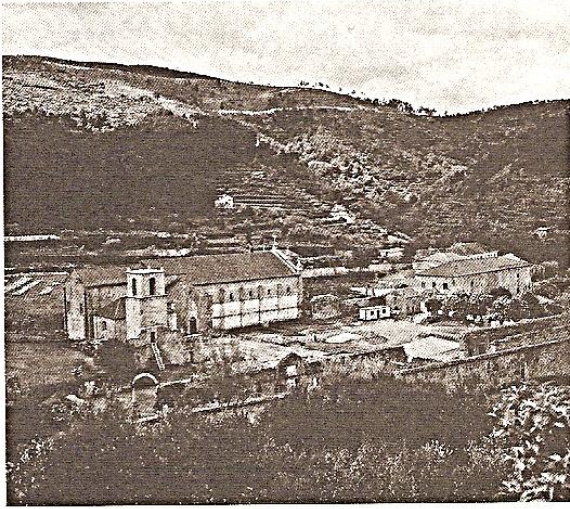


Fig. 8 – Mosteiro de S. João de Tarouca. Vista geral do conjunto monástico.

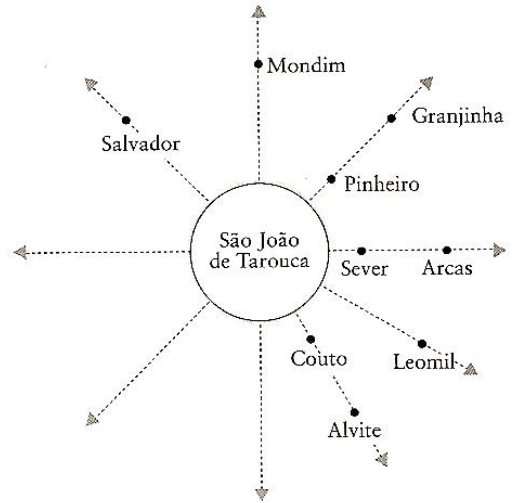


Fig. 9 – Algumas das Granjas pertencentes a S. João de Tarouca.

Já tínhamos alargado a área de estudo aos mosteiros cistercienses situados na Beira Alta para apreciação das suas granjas e este encontro é mais um incentivo nesse sentido.

No dizer de D. Maur de Cocheril<sup>17</sup>, a Beira Alta foi dos locais mais densamente povoados por mosteiros cistercienses masculinos e femininos. De facto, situaram-se nesta região sete mosteiros masculinos e quatro mosteiros femininos, formando uma mancha de implantações cistercienses significativas, à escala do nosso território.

Deste conjunto escolhemos os quatro mosteiros já referidos para apreciação e registo do estado de conservação dos vestígios existentes e, eventualmente, de tipologias adoptadas.

Depois de situarmos estes mosteiros no espaço e no tempo, em breve apontamento, seguindo-se uma apreciação sumária das granjas na sua arquitectura que, por não termos disponíveis meios para as hierarquizar, serão mencionadas a partir do Norte no sentido dos ponteiros do relógio.

### São João de Tarouca

Situa-se este conjunto monástico (Fig. 8), na encosta norte da Serra de Leomil, a cerca de 12 km a Sudeste da cidade de Lamego.

Está implantado num vale amplo e fértil, por onde corre o rio Barosa. Os terrenos envolventes do mosteiro estão cultivados em terraços<sup>18</sup>.

17. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 57.

18. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 65.

Não se precisa a data da fundação de S. João de Tarouca<sup>19</sup>, mas admite-se, por não ser objecto do nosso estudo, o conceito de autores<sup>20</sup> que se dedicam ao assunto, que a sua implantação é anterior à entrada da Ordem de Cister em Portugal, porque não tem a invocação de Nossa Senhora<sup>21</sup>.

Do conjunto monástico, pouco restou após as delapidações ocorridas na sequência da extinção das ordens religiosas, em 1834, ocorrendo actualmente escavações arqueológicas neste conjunto<sup>22</sup>.

Muito do material construtivo deste mosteiro, encontra-se disperso pelas localidades envolventes, “aproveitados” na construção das habitações. Os aparelhos de pedra que constituíam paredes e o muro da cerca resistem, nalguns casos há muitos anos<sup>23</sup>.

Do conjunto subsistiu a Igreja, porque foi utilizada como paroquial, e algumas ruínas, entre as quais o longo dormitório, certamente de uma época em que o mosteiro albergava mais do que os vinte monges que constam na visitação efectuada em Abril de 1536<sup>24</sup>, e que se desenvolve paralelamente à igreja.

D. Maur de Cocheril descreve a igreja de uma forma sucinta, mas precisa: “A igreja de S. João de Tarouca é o único exemplar do estilo das primeiras construções cistercienses conhecido em Portugal”<sup>25</sup>, e ainda: “Tarouca é uma igreja rústica, uma igreja de monges camponeses, que mesmo para rezar a Deus, pretendem uma construção robusta...”<sup>26</sup>.

No que respeita a S. João de Tarouca para a identificação dos locais de implantação das suas granjas (Fig. 9) apoiamo-nos na informação de Armando de Almeida Fernandes<sup>27</sup> que os menciona de forma desenvolvida desde a época de implantação da Ordem em Portugal.

Seguindo a cronologia adoptada por este autor temos como granjas existentes antes de 1163<sup>28</sup>, a do Couto<sup>29</sup>, primeira granja fundada pelos monges, a de Arcas (na freguesia de Sever), a de Almofala (freguesia de Almofala), a de Alvite (freguesia de Alvite), a de Mosteirô (freguesias de Cambres – Sande), a de Santa Ovaia ou Santa Eulália (Porto) e finalmente a granja de Figueiró da Granja (concelho de Fornos de Algodres). Para além destas granjas, menciona ainda o *cellarium de Alvellos*, próximo de Lame-

19. Alexandra Cláudia A.M. Augusto, *Em Tor- no das Origens e Implantação de Cister em Portugal*, Revista Beira Alta, vol. 56, 1 e 2, pp. 125-161, de filiação de Claraval, e sobre a etimologia de Tarouca ver A. Almeida Fernandes, *Toponímia da Beira Alta, no dicionário onomástico etimológico*, Revista Beira Alta, vol. 61, n.º 1 e 2, 2001, p. 4.

20. Maria Alegria Marques, *A Introdução da Ordem de Cister em Portugal, Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1998, p. 33, esta autora, faz na p. 29 da obra citada uma resenha dos estudiosos que se debruçaram sobre este assunto.

21. Maria Alegria Marques, *A Introdução da Ordem de Cister em Portugal, Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1998, p. 33; Aires A. Nascimento, *Cister: Os Documentos Primitivos – No Centenário da Fundação de Cister*, Lisboa, 1999, ponto IX. 1. Fundação de Abadias, no Exórdio de Cister, p. 57; Padre Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal, Revista Portuguesa de História*, n.º 5, 1951, p. 327.

22. Ricardo Teixeira, *Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro, Cister no Vale do Douro*, 1999, pp.191-246.

23. Saúl António Gomes, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1998, p. 319, onde se refere na visitação ao mosteiro de S. João de Tarouca que: “porque este muro e encerramento seria muita guarda para toda a honestidade...”

24. *Idem*, p. 293 e 315.

25. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 68.

26. *Idem*, p. 68.

27. A. Almeida Fernandes, *Ação dos Monges Cistercienses de Tarouca, Revista de Guimarães*, n.º 83, 1973.

28. A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, p. 283-286.

29. A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca (História e Toponímia)*, Braga, 1995, pp. 248-250, e J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 10.





Fig. 10  
Mondim da Beira – Vista do edifício que foi possivelmente o celeiro dos monges.

go, e que servia para a armazenagem de produtos agrícolas ou de pastorícia, produzidos naquela zona.

Das granjas e quintas estabelecidas entre 1163 e 1193, refere as granjas de Maçoime (freguesia da Granja), Granja de Luzelos (freguesia do Colmeal), a granja de Palhacana (freguesia de Palhacana, concelho de Alenquer), Granja de Fradegafe (possivelmente Alfandega da Fé, na interpretação de Almeida Fernandes), a Granja de Nogueira (freguesia de S. Cipriano), Granja de Gradiz (freguesia de Gradiz), Granja de Oliveira (freguesia de Oliveira, concelho de Mesão Frio), e finalmente a referência a um celeiro, o *cellarium de Celorico*, que correspondia a uma casa de Tulha<sup>30</sup>.

Com fundação posterior a 1193, menciona a granja de Sever (concelho de Moimenta da Beira), a de S. Salvador, posteriormente designada como Quinta do Granjão<sup>31</sup>, e ainda a de Brufe<sup>32</sup>. A granja da Touça ou de Nomão (concelho de Vila Nova de Foz Coa) a de Rio Frio (freguesia da Corujeira) de Vide (freguesia de Vide entre Vinhas), a de S. Cosmado (freguesia de Aldeias), a de Covelinhas (concelho de Peso da Régua) a da Ermida, próxima de Sever do Vouga, a de Jarmelo (concelho da Guarda) e a de Aveiro<sup>34</sup>.

Pela descrição das granjas que pertenceram ao mosteiro de S. João de Tarouca pode ajuizar-se da dimensão e da dispersão dos seus bens e a característica de algumas, principalmente as mais distantes, que podem ter chegado à posse do mosteiro através de

30. A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, n.º 83, p. 286-288.

J31.. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 255 e Maria do Céu S. Tereno, *Contributo para o estudo do património arquitectónico rural cisterciense – Antiga Quinta do Granjão, Actas “Tarouca, Espaço Espírito e Poder”*, Setembro 2002, pp.79-109.

32. J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 365 em que afirma ter esta quinta pertencido a um seu parente. Ver também A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca (História e Toponímia)*, Braga, 1995, p. 244.

33. Frei Baltazar dos Reis, *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas* apenso às *Memórias de Mondim da Beira*, de J. Leite de Vasconcelos, 1934, p. 179, onde se refere o seguinte, pelo seu interesse: “Fez troca com o de Sam João de Tarouca e deu-lhe dois casais junto do lugar de Sanfins, em Paredes Secas, e outro no lugar de Almudafa: pelo que deu o Mosteiro de S. João, sendo Abade D. Egas, a granja de Covelinhas. Na era de Cristo de 1287”.

34. A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, n.º 83, p. 288-290.

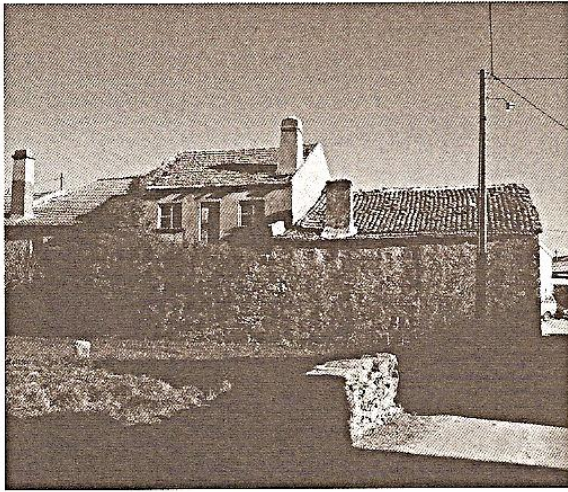


Fig. 11 – Alvite – Rua do Muro, onde se observa um conjunto que pertenceu à Granja de Alvite.

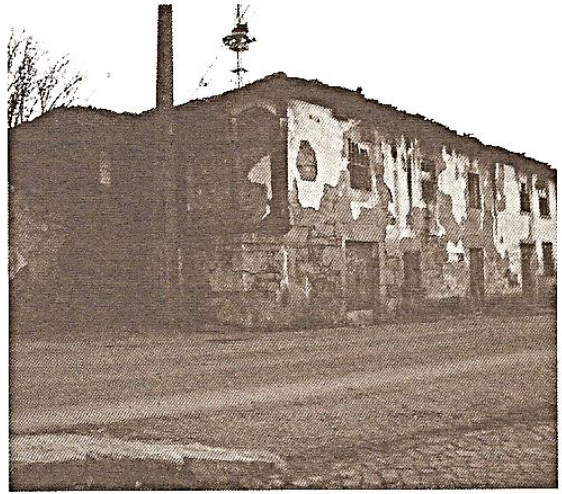


Fig. 12 – Leomil – edifício de construção bastante antiga que se conjectura ter sido a granja.

A cerca de 1 km a sueste do mosteiro situava-se, na localidade de Couto (Souto Redondo)<sup>43</sup>, aquela que se considera ter sido a primeira granja fundada pelos monges de S. João de Tarouca. É uma localidade muito integrada na montanha e as construções quase não se distinguem na paisagem. Percorrido o local não foi possível identificar qualquer edifício que pudesse atribuir-se à Antiga Granja do Couto<sup>44</sup>.

Na mesma direcção, a cerca de 4 km do mosteiro, situa-se Alvite<sup>45</sup> onde existiu uma granja que remonta à época de 1163. Em termos comparativos, esta localidade tem dimensões bastante mais significativas do que as que a circundam, apesar de se notar um crescimento que pode considerar-se orgânico. À semelhança do que aconteceu em outros locais, que inicialmente foram consequência do povoamento incrementado pelos monges de Cister, procurou-se, na malha urbana, o local mais central de Alvite, de forma a tentar perceber se o seu desenvolvimento poderia ter semelhanças com outras localidades encontradas na zona de Alcobaça, cuja origem esteve por vezes em rossios associados aos portões de antigas granjas, como é o caso do Bário<sup>46</sup>.

Não se encontraram vestígios significativos da granja, apesar de existir na localidade uma rua com a designação de Rua do Muro (Fig. 11), onde se encontrava um fragmento de muro bastante antigo, mas dificilmente atribuível ao muro da cerca, e não

43. *Idem*, n.º 84, 1974, p. 11 e p. 25, onde refere terem as granjas de Souto Redondo e Brufe, pertencido ao chamado tipo inferior de granja.

44. José Ignacio de la Torre Rodríguez, *A Visão cisterciense do trabalho*, Cister no Vale do Douro, 1999, pp. 135-172, e ainda Ricardo Teixeira “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro”, *Cister no Vale do Douro*, 1999, p. 238, onde o autor corrobora de certa forma as nossas pesquisas, referindo que apenas encontrou “troços de altos muros que deveriam constituir uma cerca envolvente.” Pensamos que com maior dispêndio de tempo e de recursos económicos, que possam envolver escavações arqueológicas, se possam tirar conclusões mais precisas.

45. *Idem*, p. 40, onde o autor refere que: “A granja de Alvite já existia em 1163, pois figura na confirmação papal desse ano...”

46. Maria do Céu Simões Tereno, *Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça – A Granja do Bário*, estudo terminado em 1999, *Revista Cistercium* 2001, n.º 225. E também Pedro Gomes Barbosa, José Manuel Mascarenhas, Maria do Céu S. Tereno, *Granjas Monásticas e Estruturação do Território nos Coutos de Alcobaça*, separata das *Actas do Congresso Internacional Sobre o Cister em Galicia y Portugal*, Ourense, 1998.

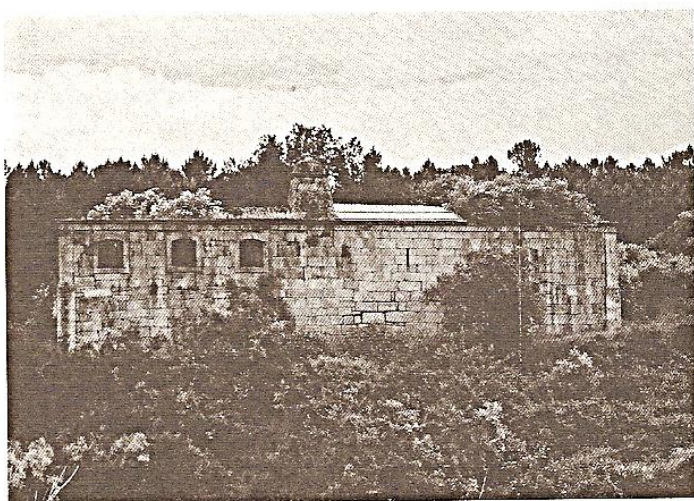


Fig. 13  
Quinta do Granjão. Antiga Granja de S. João de Tarouca.

se identificou qualquer edifício que pareça ter pertencido à granja não podendo, pois, confirmar-se a hipótese colocada.

Ainda a sueste do mosteiro, na estrada para Moimenta da Beira, situa-se Leomil<sup>47</sup>, que foi granja posterior ao século XII, onde se encontraram alguns edifícios que podem enquadrar-se no âmbito da antiga granja (Fig. 12). Estão em muito mau estado de conservação e parecem ter sido construídos no século XVIII, pois apresentam algumas semelhanças com os edifícios da antiga quinta do Granjão<sup>48</sup>.

A noroeste de João de Tarouca, a cerca de 2 km, situa-se antiga Quinta do Salvador, posteriormente designada por Quinta do Granjão (Fig. 13). Verificou-se que desde a anterior visita, em 2002, até à actualidade, as ruínas da mesma se mantiveram sem agravamento visível.

No inventário já referido, são mencionadas casas destinadas a Tulha, disseminadas um pouco pelo território pertencente a S. João de Tarouca. Assim encontramos casas que servem de Tulha<sup>49</sup>, em Vila Chã do Monte, Almofala da Serra, Cerdeira, Santa Cruz, Ovadas<sup>50</sup>. No mesmo inventário são também referidos celeiros em Alvite, Sever e Arcas que ainda não esclarecemos se fariam parte das granjas<sup>51</sup>.

47. A. Almeida Fernandes, *Acção dos Monges Cistercienses...*, n.º 85, 1985, p. 10, onde se refere que esta granja tinha características diferentes das restantes, já que, serviria de pousada do prelado, quando este lhe aproovesse lá residir, decorrendo este factor cerca dos anos de 1243, quando o Bispo de Viseu, fez doações nesse sentido; e ainda, *Toponímia da Beira Alta, no dicionário onomástico etimológico, Revista Beira Alta*, vol. LVII, n.º 1 e 2, 1998, p. 25.

48. Maria do Céu Simões Tereno, *Contributo para o estudo do património arquitectónico rural cisterciense – Antiga Quinta do Granjão*, *Actas "Ta-*

*rouca, Espaço Espírito e Poder*", Setembro 2002, pp.79-109.

49. As casas que eram utilizadas como tulha tinham a finalidade de arrecadar os bens que pertenciam ao mosteiro, correspondentes a dízimos, rendas e foros. Normalmente destinavam-se à guarda de cereais.

50. J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 370-371.

51. *Idem*, p. 370-371.



Fig. 14 – Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Vista do alçado principal da igreja.

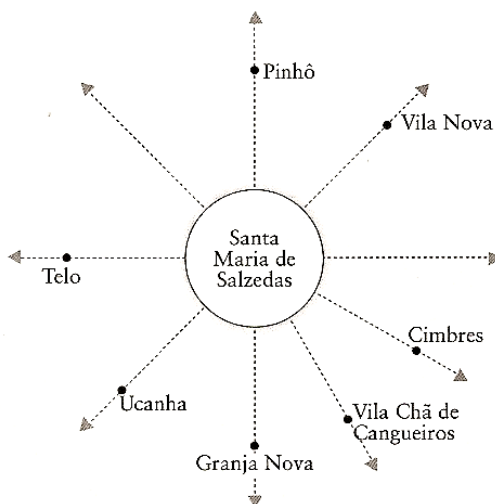


Fig. 15 – Algumas das Granjas pertencentes a Santa Maria de Salzedas.

### Santa Maria de Salzedas

O mosteiro com esta designação encontra-se a cerca de 8 km a sueste da cidade de Lamego.

A sua fundação<sup>52</sup> por Claraval<sup>53</sup> foi determinada, segundo Frei Baltazar dos Reis<sup>54</sup>, na sua obra de 1610, por D. Teresa Afonso, mulher de Egas Moniz. O rei D. Afonso Henriques concedeu-lhe, em 1152, o privilégio do couto de Argeriz<sup>55</sup>, e posteriormente, em 1155, permitiu-lhe doá-lo ao mosteiro de Salzedas<sup>56</sup>.

É desta mesma data a primeira referência ao *monasterium de Salzedas*<sup>57</sup>, designação que manteve até à actualidade.

No entanto, houve um mosteiro primitivo, situado na localidade conhecida hoje como Abadia Velha<sup>58</sup>, e que inicialmente se chamou Salzedas. Almeida Fernandes<sup>59</sup> afirma que este nome foi transferido juntamente com o mosteiro, para o local que hoje ocupa, a cerca de 1500 m, do primitivo local<sup>60</sup>.

Situa-se num vale amplo, em férteis terrenos, e a massa construída da igreja e conjunto monástico (Fig. 14), tal como estabelecia o Exórdio de Cister, além de terrenos férteis encontrava-se junto da ribeira de Salzedas, ou rio Torno afluente do rio Barosa<sup>61</sup>, em local isolado.

52. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 78, onde citando Rui Pinto de Azevedo, refere que: “A fundação de Salzedas é o problema mais inexplicável da nossa história medieval”.

53. Alexandra Cláudia A.M. Augusto, *Em Torneo das Origens e Implantação de Cister em Portugal*, *Revista Beira Alta*, vol. 56, 1 e 2, pp. 125-161.

54. Frei Baltazar dos Reis, *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*, apenso às *Memórias de Mondim da Beira*, de J. Leite de Vasconcelos, 1934, p.1, onde refere que “De como foram dois mosteiros fundados em o Couto de Argeriz, que hoje se chama Couto do Mosteiro de Salzedas, por ordem de D. Teresa Afonso....”

55. A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho...*, p. 195, este couto era constituído pelas actuais freguesias de Salzedas, Ucanha, Granja Nova, Vila Chã da Beira e Cimbres.

56. A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho...*, p. 195.

57. *Idem*, p. 199.

58. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 77.

59. J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 405.

60. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 78.

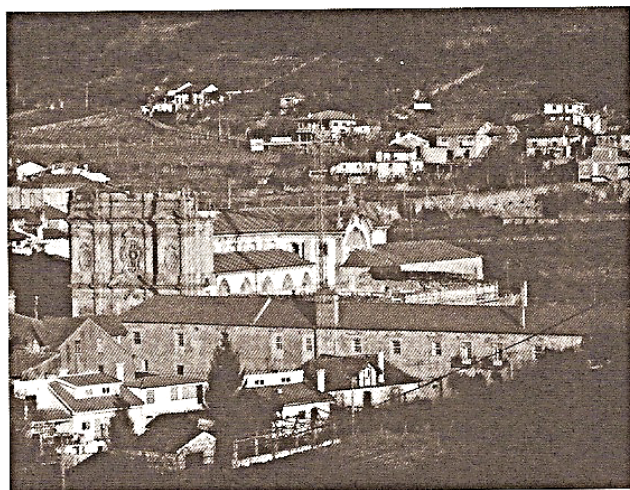


Fig. 16 – Quinta do Convento ou da Tulha.  
Granja que integrava o mosteiro de Salzedas.

Apoiamo-nos no inventário oficial de 1834, referido nas Memórias de Mondim da Beira<sup>62</sup>, para indicar granjas e outros bens pertencentes ao mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Fig. 15).

Nas imediações do mosteiro e sua parte integrante, a quinta da Tulha (Fig. 16) ou do Convento<sup>63</sup>, agora propriedade privada, de que apenas se conseguiu uma visão de conjunto em local fronteiro e de um ponto de observação a nível mais elevado.

Avista-se o conjunto monástico, com a sua monumental igreja, e um corpo de planta rectangular, de grandes dimensões, atribuído à quinta da Tulha. Em segundo plano e a nível superior ao deste conjunto encontra-se a pequena Capela do Desterro<sup>64</sup>, que se destaca na paisagem pela sua forma hexagonal.

Encontraram-se ainda troços do muro da cerca, de larga espessura, e aparelho de pedra irregular, e uma das entradas do perímetro desta cerca.

Cerca de 1 km a norte de Salzedas avistou-se, avistou-se simplesmente, porque não foi possível visitá-la, a quinta de Pinhô, uma das granjas inventariadas.

Cerca de 3 km a sul de Salzedas situa-se a Granja Nova local onde existiu uma granja, mas na pesquisa realizada não foi possível identificar edifícios que pudessem ter pertencido a essa granja, nem troços de muros que pertenceriam à antiga cerca, nem, mesmo, o edifício que funcionou como Tulha, de que há notícia.

A quinta do Telo, a cerca de 500 m a poente de Salzedas, tal como a de Pinhô, também não foi possível visitar.

A Quinta de Moçul<sup>65</sup>, situada na freguesia de Cambres, entre Lamego e Peso da Régua, tem inventariadas casas de habitação, capela, e terrenos onde se cultivavam oliveiras e outras árvores de fruto<sup>66</sup>, mas não foi ainda possível observar a parte arquitectónica.

61. *Idem*, p. 77.

62. J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 382-384.

63. Armando Leitão, *O Mosteiro de Salzedas*, Salzedas, 1992, p. 43.

64. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 87 e 88.

Efectivamente notou-se também em S. João de Tarouca, a existência de duas capelas situadas em pontos mais elevados, e que serviam aos monges, como local de recolhimento e peregrinação.

65. *Idem*, p. 95.

66. J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 383.

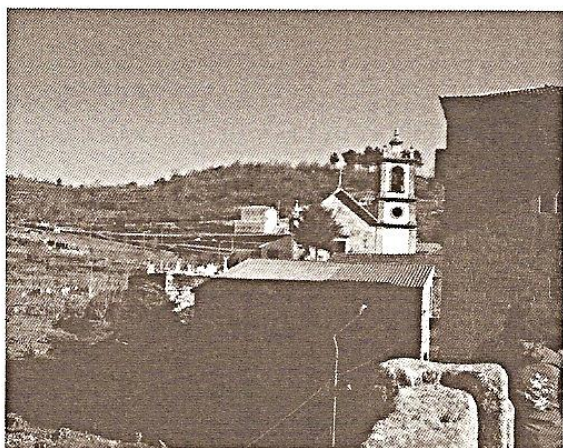


Fig. 17 – Ucanha. Vista do exterior do lagar dos monges.

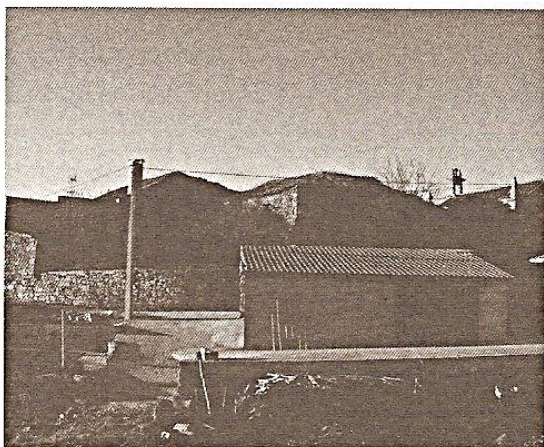


Fig. 18 – Cimbres – conjunto edificado que foi a granja dos monges de Salzedas

Do inventário referido fazia ainda parte um conjunto significativo de casas disseminadas pelos territórios do couto, a saber: uma casa e lagar na Vila da Ucanha; uma casa da Tulha na Granja Nova; uma casa e adega em Tarouca; uma casa e casa da Tulha em Cimbres<sup>67</sup>; uma casa de Tulha em Vila Chã de Cangueiros; uma casa com adega em Vila do Castelo.

Constava ainda do inventário já mencionado, um conjunto de casas de Tulha situadas em Granja Nova, Ucanha, Vila Chã de Cangueiros, Cimbres, e Vila Verde<sup>68</sup>.

A cerca de 8 km de Armamar, próximo do rio Douro, situa-se a quinta da Folgosa<sup>69</sup>, ainda não visitada e que tem inventariado casas de habitação, capela, lagares, azenha, e terrenos de vinhas e oliveiras.

A vila da Ucanha<sup>70</sup>, situada a cerca de 3 km a sudoeste da Salzedas, além da imponente torre medieval, e a respectiva ponte, tem próximo desta, um edifício de grandes dimensões, que foi o lagar dos monges (Fig. 17), e que está a ser restaurado<sup>71</sup>. Na mesma margem do rio Barosa, mas do lado esquerdo da torre, existe também uma azenha, em vias de ser restaurada.

Na margem oposta do rio encontra-se outro lagar que, por se encontrar fechado, apenas permitiu vislumbrar pequenos fragmentos do interior.

De seguida procurou-se a Quinta da Abadia Velha<sup>72</sup>, local onde se encontram vestígios da primitiva implantação da Abadia dos monges, e onde se conseguiu chegar apenas a meio do caminho, por haver um portão de acesso que interditava o prosseguimento do percurso.

Em Vila Chã de Cangueiros, que se situa a cerca de 3,5 km de Salzedas, para Sudeste, onde sabemos ter existido uma casa de Tulha, pesquisou-se o local, e não foram ainda encontrados vestígios do edifício que funcionou em tempos como casa de Tulha.

67. *Idem*, p. 384.

68. *Idem*, p. 386.

69. *Idem*, p. 383.

70. A. Almeida Fernandes, *Toponímia da Beira Alta, no dicionário onomástico etimológico, Revista Beira Alta*, vol. 61, n.º 1 e 2, 2001, p. 21.

71. J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, Lisboa, 1933, p. 383.

72. *Idem*, p. 436-437 e A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho...*, p. 218, 231, e ainda Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 89.

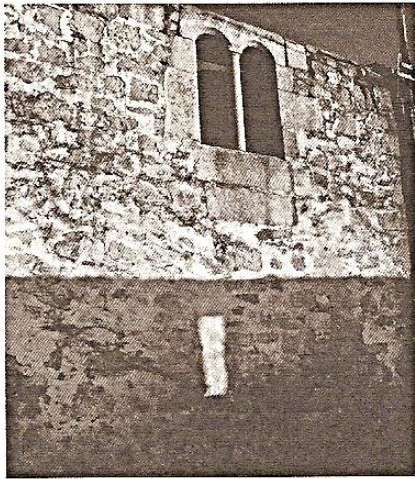


Fig. 19 – Cimbres – janela geminada e alçado lateral da antiga granja.



Fig. 20 – Igreja do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões. Alçado principal.

Prosseguiu-se para Cimbres<sup>73</sup>, que se situa a este/sudeste de Salzedas, a cerca de 2 km, encontra-se um edifício de grandes dimensões (Figs. 18 e 19), parte dele em muito mau estado de conservação, e outra parte “recuperada” para habitação dos proprietários e que será objecto de estudo mais aprofundado quando for permitido.

Nesta primeira aproximação exploratória procurou-se identificar os locais referenciados como antigos bens do mosteiro, aqueles que ofereceram fácil acesso e aqueles que, como propriedades privadas requerem identificação dos proprietários para se solicitar permissão de acesso para o estudo a realizar o que, infelizmente, além de moroso, nem sempre é bem sucedido.

### São Cristóvão de Lafões

O mosteiro de São Cristóvão de Lafões (Fig. 20) situa-se a cerca de 10 km a oeste da vila de S. Pedro do Sul num local muito acidentado e arborizado, também isolado, a que se acede pela estrada que liga Santa Cruz de Trapa a Vale de Cambra.

A sua fundação, tal como acontece com a de outros mosteiros não acolhe a unanimidade de opiniões dos autores que se dedicam a estes estudos.

Assim, encontramos, na opinião de alguns autores<sup>74</sup>, a data de fundação de 1137<sup>75</sup>, mas noutro autor<sup>76</sup> a considera anterior a S. João de Tarouca como mosteiro beneditino que, em data posterior a 1163<sup>77</sup> passou à observância da Ordem de Cister.

73. Idem, p. 183 e A. Almeida Fernandes, *Toponímia da Beira Alta, no dicionário onomástico etimológico*, Revista Beira Alta, vol. 55, n.º 3 e 4, 1996, p. 223.

74. Maria Alegria Marques, *A Introdução da Ordem de Cister em Portugal, Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1998, p.33.

75. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, (S. Pedro do Sul)*, Viseu, 1995,

p. 11, onde refere a carta de doação do Couto de Valadares, o antigo “Couto de Cima”, outorgada por D. Afonso Henriques ao Mosteiro, em 1137.

76. Artur Nobre de Gusmão, *A expansão da Arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956, p. 79-148.

77. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, (S. Pedro do Sul)*, Viseu, 1995, p. 12.

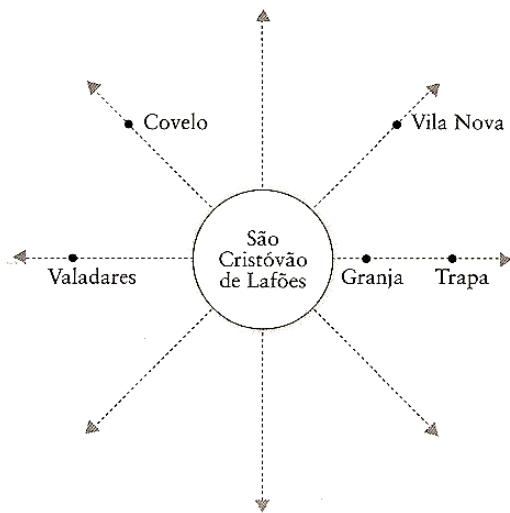


Fig. 21 – Algumas das granjas de S. Cristóvão de Lafões.



Fig. 22 – Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões. Vista de Conjunto.

Na aproximação ao mosteiro depara-se com um aqueduto (Fig. 23) que o abasteceria de água e que, num troço já muito próximo do mesmo é rematado por um portão monumental, encimado por um brasão que ostenta as armas da congregação<sup>78</sup>.

Ultrapassado este portão entra-se num terreiro, e encara-se frontalmente a igreja que está ligeiramente enterrada em relação ao terreiro (Fig.22).

É um conjunto harmonioso, onde se notam colagens de edifícios de diferentes épocas, e até alguns elementos de antigas ruínas. No entanto, o conjunto foi recuperado e apresenta-se de forma muito agradável ao observador.

No que respeita aos coutos deste mosteiro, são de salientar os coutos de Valadares, de Cerdeira, de Vila Nova, de Paçô, e de Vila da Trapa, tendo esta sido granja do mosteiro de S. Cristóvão: "*Dominicus Menendi, juratus et interrogatus, dixit quod Villa da Trapa fuit grangia de Sancto Christoforo, et est coutam per Regem et nullum forum facit Regi*".<sup>79</sup>

Encontra-se uma lista de prazos muito significativa, que sugere a ideia de um mosteiro com muitos haveres.

Não terá sido assim nos primeiros tempos, pois, aquando das visitações de D. Edme de Saulieu e seu secretário D. Claude de Bronseval, a situação era muito precária. Havia quatro monges que viviam na maior pobreza.

Esta mesma situação é também reconhecida por dois monges espanhóis, Fr. Bernardo de la Fuente e Fr. Tomás Langa, do Mosteiro de Santa Maria da Pedra (Aragão) na visitação que efectuaram em Maio de 1536<sup>80</sup>.

A criação da Congregação Autónoma Portuguesa, em 1567, parece ter contribuído para uma revitalização dos edifícios conventuais, restaurados em parte significativa, quando não reconstruídos.

78. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 131.

79. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões*, (S. Pedro do Sul), Viseu, 1995, p. 15.

80. Saúl António Gomes, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – Séculos XV e XVI*, Lis-

boa, 1998, p. 293, e p. 346 onde ilustram o estado em que encontraram o mosteiro do seguinte modo: "...as quais ao dito prior e aos outros padres que se no dito mosteiro acharam foram mostradas e lhes obedeceram e agasalharam com sua pobreza não do mosteiro mas dos religiosos que morriam de fome e as rendas do mosteiro embargadas pela autoridade apostólica."





Fig. 23  
Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões. Vista do portão encimado pelas armas da Ordem.

No que respeita ao mosteiro de S. Cristóvão de Lafões<sup>81</sup>, a sua reconstrução iniciou-se na segunda metade do século XVII, desenvolvendo-se os trabalhos em épocas subsequentes, e ainda não se encontravam concluídos, à data da extinção das ordens religiosas.

Para se obter uma noção dos bens do mosteiro (Fig. 21), socorremo-nos, à semelhança dos casos anteriores, o inventário realizado em 1834.

Além dos coutos já mencionados, encontra-se uma extensa lista de prazos, pertencentes a este mosteiro<sup>82</sup>. Detinha também os dízimos das Freguesias de S. Cristóvão e de Valadares<sup>83</sup>.

Possuía ainda o mosteiro a casa do Lagar e Lambique (na Regada de Fora, junto dos Passais), um Lagar de Azeite (no termo da freguesia de Soito), e um Lagar de Azeite em Covelo. Aparecem ainda, neste inventário referência a duas propriedades, a Quinta do Soito, e o Prado, próximo da localidade da Granja.

Nesta primeira visita exploratória passamos por Vila Nova, que foi couto do mosteiro, situada a cerca de 4,5 km a nordeste de S. Cristóvão de Lafões e não foi identificado qualquer elemento arquitectónico que pudesse indicar a implantação de uma antiga granja.

Na povoação da Granja, situada a cerca de 1 km a este do mosteiro, embora a toponímia sugira uma antiga função, aconteceu situação semelhante à anterior.

Em Santa Cruz da Trapa, cerca de 4 km para nascente de S. Cristóvão, que foi granja deste mosteiro, também não nos foi possível localizar quaisquer elementos que possam identificar-se como pertencentes à antiga granja.

Obtivemos o mesmo sucesso em Valadares, situada a cerca de 2 km a oeste de S. Cristóvão.

81. Aristides de Amorim Girão, *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões (contribuição para o estudo da arqueologia em Portugal)*, Coimbra, 1921, p.13, onde o autor refere que o Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões foi couto e honra do reino.

82. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões*, (S. Pedro do Sul), Viseu, 1995, p. 16

83. *Idem*, p. 16.

Havia a indicação de um lagar na povoação de Covelo, que fica a cerca de 2,5 km a noroeste do mosteiro, mas, caso exista ainda algum vestígio, não nos foi possível encontrá-lo.

Nesta primeira exploração obtiveram-se resultados pouco animadores o que nos vai levar a uma pesquisa mais demorada na expectativa de encontrar algum vestígio das granjas de S. Cristóvão de Lafões.

### Santa Maria de Maceira-Dão

Situa-se este mosteiro a cerca de 2 km de Fornos de Maceira-Dão que se encontra a cerca de 5,5 km de Mangualde.

Seguindo a estrada que liga estas localidades e tomando, uma estrada de terra batida encontra-se, num vale fértil, mas isolado, o volume maciço do mosteiro (*Fig. 24*). Destaca-se na paisagem pela cor do granito entre o pardo e o creme e pela sua monumentalidade singela.

O estado geral de conservação é muito mau<sup>85</sup>, com fissuras que fazem prever o pior, senão forem tomadas medidas urgentes de salvaguarda. Estas fissuras são muito notórias na igreja e também no corpo principal do edifício.

Como pano de fundo da Igreja, vê-se, em plano mais elevado a pequena capela de Nossa Senhora da Cabeça, como já vimos acontecer noutros mosteiros.

D. Afonso Henriques doou a Soeiro Teodoniz, em 1154, alguns terrenos, onde este fundou um pequeno mosteiro, inicialmente implantado na localidade de Moimenta de Maceira-Dão, e, mais tarde, transferido para o local actual, em data que se desconhece. A sua afiliação na Ordem de Cister ocorreu em 1188<sup>86</sup>.

Na descrição de D. Claude de Bronseval, este mosteiro era considerado pequeno e mal construído<sup>87</sup>, mas provido de rendas. No entanto as rendas deviam ser escassas, visto que, mais à frente se refere que “reinava aí a maior pobreza”<sup>88</sup>.

No que respeita às propriedades deste Mosteiro, sabe-se que tinha os seguintes Coutos, o do Mosteiro que incluía Vila Garcia, Coutos do Outeiro e da Granja, em Fagilde, o Couto de Moimenta e ainda o Couto de Figueiredo de Seia<sup>89</sup>.

Na confirmação apostólica dos bens e granjas que pertenciam ao Mosteiro de Maceira-Dão, elaborada em 1212, e inserida na obra de Sousa Viterbo<sup>90</sup>, encontra-se uma descrição onde consta o seguinte conjunto de granjas: Granjas de Olival, de Moimenta, de Falgosela, de Manteigas, de Carregoso, de Arnosa e de Senhorim. Pertenciam ainda ao mosteiro as propriedades de Palacins, de S. Martinho de Seiça, de Paços, e ain-

84. *Idem*, p. 28.

85. Já D. Maur Cocheril, o encontra em muito mau estado de conservação, quando o visita nos anos setenta. Alexandre Alves, autor da obra citada, refere também a tristeza que sentiu, aquando da sua visita a este monumento cerca dos anos quarenta.

86. Dom Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 122.

87. D. Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica*, volume II, p. 513.

88. *Idem*, p. 513.

89. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões*, (S. Pedro do Sul), Viseu, 1995, p. 41.

90. Fr. Joaquim de Sousa Viterbo, *Provas e Apontamentos para a História de Portugal*, In Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões*, p. 114.

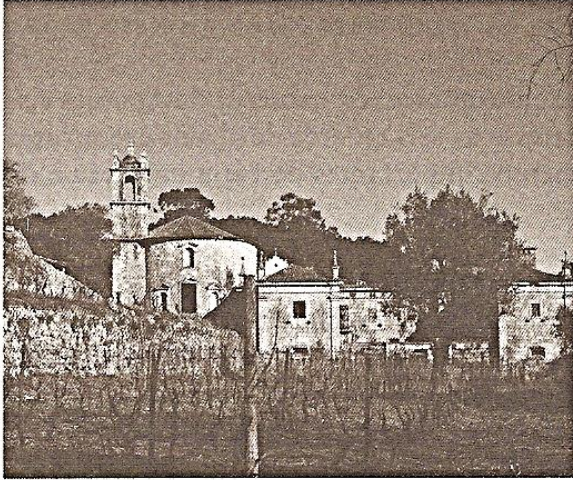


Fig. 24 – Mosteiro de Santa Maria de Maceira-Dão. Vista de conjunto.

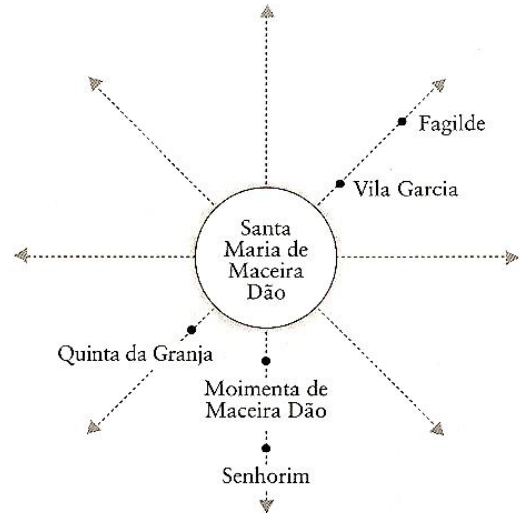


Fig. 24 – Algumas granjas do Mosteiro de Santa Maria de Maceira-Dão.

da propriedades em Moimenta, em Ouriga, na Covilhã, em Fornos, em Moledo, e ainda as quintas do Carregal e Figueiredo (Fig.25).

Em meados do século XV, havia referência a 1600 bens deste mosteiro onde se incluíam casas, moinhos, lagares de vinho e azeite, olivais, etc.<sup>91</sup>. Existia também, uma “Casa de Tulha” em Moimenta de Maceira-Dão, onde morava o frade dizimeiro<sup>92</sup>.

O inventário de 1834, com o arrolamento de todos os bens do mosteiro, existentes naquela data, refere casa da Residência, em Moimenta, com Tulha, casa da Quinta da Granja, incluindo a da Câmara e a Cadeia, pinhal da granja, Quinta da Granja, propriedade “As Alagoas”, muitos olivais, terras de pão e vinhas, moinhos, pinhais, lameiros, lagares, etc.<sup>93</sup>

Não se dispõe ainda de informação, que permita estabelecer o que terá, entretanto, acontecido às granjas que são mencionadas na confirmação apostólica de 1212. Pode admitir-se que as vicissitudes ao longo do tempo produziram os seus efeitos na gestão desse património, através de vendas e de escambos, e haja alterações apreciáveis.

A cerca de 1,5 km do mosteiro, na direcção nordeste, situa-se Vila Garcia onde se esperava encontrar algum vestígio da granja, mas não foi possível identificar algo que se pudesse relacionar.

Na mesma direcção e a cerca de 3 km percorremos Fagilde com resultado semelhante ao anterior.

A sul do mosteiro, e a cerca de 5 km, constava a existência de uma casa de Tulha, desde o século XV, que ainda existe, mas não foi possível visitar.

Mais a sul, a cerca de 9 km, em Senhorim, procuramos identificar possíveis vestígios da sua granja, mas ainda sem resultado visível.

A sudoeste do mosteiro, a cerca de 1 km, também procuramos, sem resultado, vestígios da quinta da Granja.

Esta primeira pesquisa foi orientada para as localidades mais significativas onde havia referência de granjas, mas numa observação com a minúcia possível não obtivemos ainda resultados significativos.

91. *Idem*, p. 40.

92. *Idem*, p. 31.

93. Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões*, (S. Pedro do Sul), Viseu, 1995, p. 83-86.

## Conclusão

A pesquisa e estudo de um património arquitectónico, da natureza das granjas cistercienses, tendo em vista a apreciação do interesse na salvaguarda de alguns exemplares significativos, defronta-se com condicionamentos importantes de vária natureza e de que apontamos apenas alguns:

- A sua dispersão no terreno que tem, por vezes, pelas suas características orográficas e pelos traçados de vias muito secundárias, uma acessibilidade difícil;
- A sua distribuição dispersa também por muitos proprietários de índoles diferentes, mas que, na maior parte dos casos tiveram como principal preocupação o rendimento a obter, deixando, quando menos rentáveis, que o tempo produzisse os seus efeitos, claramente visíveis quando ainda existentes;
- A dificuldade na identificação dos seus proprietários e as delongas, muitas vezes desmotivadoras, para se obter autorização para acesso às áreas privadas;
- A absorção de alguns vestígios pelo alastramento da construção dificultando ou impossibilitando a sua identificação.

Apesar de todos estes factores pretendemos persistir porque, uma vez por outra, deparamo-nos com um exemplo bem conservado, como o que foi apontado na zona de Alcobaça, que torna gratificante esta pesquisa. •